

ISBN 978-85-423-0116-8



9 788542 301168

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Juventude ou juventudes? Afinal, quem são os sujeitos que constituem esse singular e, concomitantemente, diverso grupo social? A coletânea JUBEMI reúne textos que apresentam essa multifacetada realidade juvenil. A escola, o trabalho, o modo de lidar com as tecnologias, as relações de gênero e a vivência da sexualidade, as formas de engajamento e participação, os modos de apropriação do território, as sociabilidades juvenis, as relações étnico-raciais, a questão das drogas e da redução de danos, entre outros elementos, se configuram como peças fundamentais que, a partir de distintas combinações, possibilitam ao leitor construir um mosaico da juventude brasileira, que precisa ser compreendida em sua complexidade. Este é o caderno "Juventude, indisciplina e regras escolares". Boa leitura!

◆ CADERNOS TEMÁTICOS
JUVENTUDE BRASILEIRA E ENSINO MÉDIO

ORGANIZADORAS
LÍCINIA MARIA CORREA, MARIA ZENAIDE ALVES
E CARLA LINHARES

JUVENTUDE, INDISCIPLINA E REGRAS ESCOLARES

PAULO HENRIQUE DE QUEIROZ NOGUEIRA
SARA VILLAS



OBSERVATÓRIO DA
JUVENTUDE UFMG

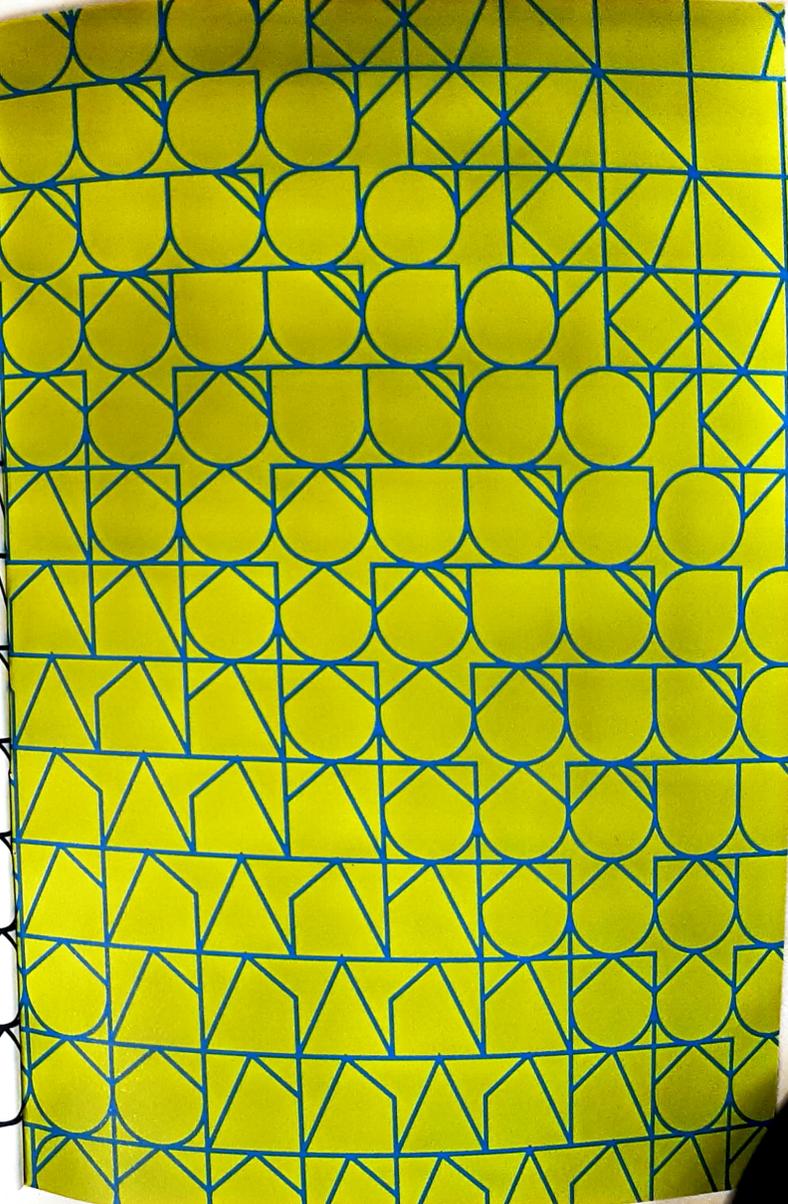
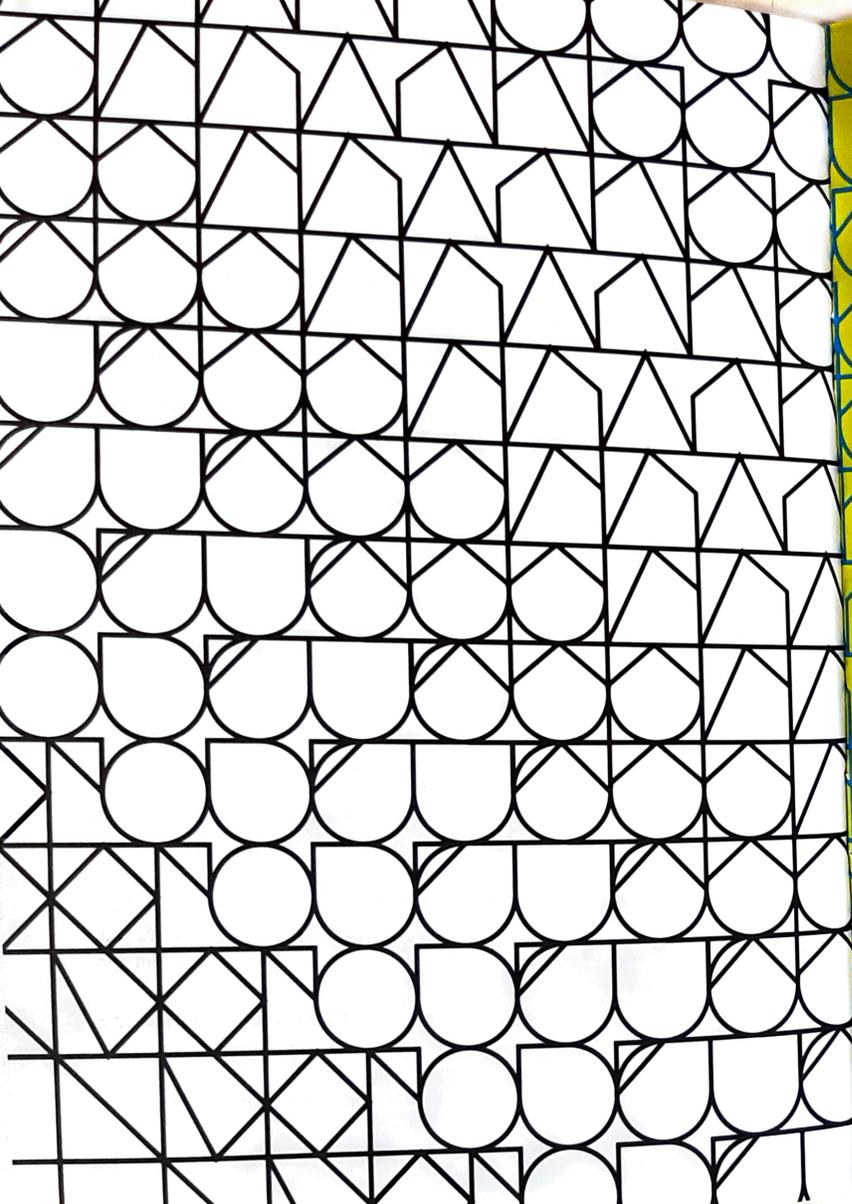
observatório
jovem

grupo de pesquisa UFMG

Ministério da

Educação

EDITORA ufmg



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

REITOR JAIME ARTURO RAMÍREZ
VICE-REITORA SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA

EDITORA UFMG
DIRETOR WANDER MELO MIRANDA
VICE-DIRETOR ROBERTO ALEXANDRE DO CARMO SAID

CONSELHO EDITORIAL
WANDER MELO MIRANDA (PRESIDENTE)
DANIELLE CARDOSO DE MENEZES
EDUARDO DE CAMPOS VALADARES
ÉLDER ANTÔNIO SOUSA PAIVA
FAUSTO BORÉM
FLAVIO DE LEMOS CARSLADE
MARIA CRISTINA SOARES DE GOUVÊA
ROBERTO ALEXANDRE DO CARMO SAID

COORDENAÇÃO EDITORIAL MICHEL GANNAM
ASSISTÊNCIA EDITORIAL ELIANE SOUSA
DIREITOS AUTORAIS MARIA MARGARETH DE LIMA E RENATO FERNANDES
COORDENAÇÃO DE TEXTOS MARIA DO CARMO LEITE RIBEIRO
PREPARAÇÃO DE TEXTOS CAMILA FIGUEIREDO
REVISÃO DE PROVAS TALITA CORRÊA E FLAVIANA CORREIA
PROJETO GRÁFICO E CAPA FERNANDA MONTE-MÔR
FORMATAÇÃO FERNANDA MONTE-MÔR E CAROLINE GISCHEWSKI
PRODUÇÃO GRÁFICA WARREN MARILAC
IMPRESSÃO E ACABAMENTO IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

EDITORA UFMG
AV. ANTÔNIO CARLOS, 6.627 - CAD 11 / BLOCO III
CAMPUS PAMPULHA - 31270-901 - BELO HORIZONTE/MG
TEL: + 55 31 3409-4650 - FAX: + 55 31 3409-4768
WWW.EDITORAUFMG.COM.BR - EDITORA@UFMG.BR

CADERNOS TEMÁTICOS
JUVENTUDE BRASILEIRA E ENSINO MÉDIO

ORGANIZADORAS
LICÍNIA MARIA CORREA, MARIA ZENAIDE ALVES
E CARLA LINHARES MAIA

◆ JUVENTUDE, INDISCIPLINA E REGRAS ESCOLARES

PAULO HENRIQUE DE QUEIROZ NOGUEIRA
SARA VILLAS

BELO HORIZONTE
EDITORA UFMG
2014

© 2014, OS AUTORES
© 2014, EDITORA UFMG
ESTE LIVRO OU PARTE DELE NÃO PODE SER REPRODUZIDO
POR QUALQUER MEIO SEM AUTORIZAÇÃO ESCRITA DO EDITOR.

C122 Cadernos temáticos : juventude brasileira e Ensino Médio / Licinia Maria Correa, Maria Zenaide Alves, Carla Linhares Maia, organizadoras. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.

14 v. : il.

Inclui bibliografia.

Caderno 1. Ver, ouvir e registrar: compondo um mosaico das juventudes brasileiras / Carla Linhares Maia, Licinia Maria Correa - Caderno 2. O Ensino Médio no Brasil: desafios e perspectivas / Helen Cristina do Carmo, Licinia Maria Correa - Caderno 3. Os jovens e a escola / Geraldo Leão, Helen Cristina do Carmo - Caderno 4. Culturas juvenis e tecnologias / Juliana Batista dos Reis, Rodrigo Ednilson de Jesus - Caderno 5. Juventude e projetos de futuro / Sara Villas, Symaira Nonato - Caderno 6. Juventude e trabalho / Geraldo Leão, Symaira Nonato - Caderno 7. Juventude, indisciplina e regras escolares / Paulo Henrique de Queiroz Nogueira, Sara Villas - Caderno 8. Juventudes, sexualidades e relações de gênero / Paulo Henrique de Queiroz Nogueira, Anna Claudia Eutrópio B. d'Andrea - Caderno 9. Juventudes e territórios: o campo e a cidade / Maria Zenaide Alves, Igor Oliveira - Caderno 10. Juventude e diversidade étnico-racial / Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Batista dos Reis - Caderno 11. Juventudes e participação política / Igor Oliveira, Catherine Hermont - Caderno 12. Estratégias metodológicas de trabalho com jovens / Maria Zenaide Alves, Catherine Hermont - Caderno 13. Juventude, drogas e redução de danos / André Geraldo Ribeiro Diniz, Isabela Saraiva de Queiroz, Paulo Henrique de Queiroz Nogueira - Caderno 14. Propostas de rodas de diálogo: atividades e oficinas / coordenadora: Shirlei Rezende Sales; colaboradores: Aline Gonçalves Ferreira ... [et al.]

ISBN: 978-85-423-0116-8

1. Juventude. 2. Juventude - Aspectos sociais. 3. Educação. I. Correa, Licinia Maria. II. Alves, Maria Zenaide. III. Maia, Carla Linhares.

CDD: 305.23

CDU: 301.16

CADERNOS DESTA COLEÇÃO

APRESENTAÇÃO

Licinia Maria Correa

Maria Zenaide Alves

Carla Linhares Maia

● JUVENTUDE E PROJETOS

DE FUTURO

Sara Villas

Symaira Nonato

VER, OUVIR E REGISTRAR:

COMPONDO UM MOSAICO DAS

JUVENTUDES BRASILEIRAS

Carla Linhares Maia

Licinia Maria Correa

■ JUVENTUDE E TRABALHO

Geraldo Leão

Symaira Nonato

◆ JUVENTUDE, INDISCIPLINA

E REGRAS ESCOLARES

Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Sara Villas

● O ENSINO MÉDIO NO BRASIL:

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Helen Cristina do Carmo

Licinia Maria Correa

▲ JUVENTUDES, SEXUALIDADES

E RELAÇÕES DE GÊNERO

Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Anna Claudia Eutrópio B. d'Andrea

● OS JOVENS E A ESCOLA

Geraldo Leão

Helen Cristina do Carmo

▼ JUVENTUDES E TERRITÓRIOS:

O CAMPO E A CIDADE

Maria Zenaide Alves

Igor Oliveira

● CULTURAS JUVENIS

E TECNOLOGIAS

Juliana Batista dos Reis

Rodrigo Ednilson de Jesus

● JUVENTUDE E DIVERSIDADE
ÉTNICO-RACIAL

Rodrigo Ednilson de Jesus
Juliana Batista dos Reis

● JUVENTUDES E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Igor Oliveira
Catherine Hermont

● ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS
DE TRABALHO COM JOVENS

Maria Zenaide Alves
Catherine Hermont

● JUVENTUDES, DROGAS
E REDUÇÃO DE DANOS

André Geraldo Ribeiro Diniz
Isabela Saraiva de Queiroz
Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

▼ PROPOSTAS DE RODAS
DE DIÁLOGO: ATIVIDADES
E OFICINAS

Coordenadora:

Shirlei Rezende Sales

Colaboradores:

Aline Gonçalves Ferreira,

Camila Said, Douglas Resende,

Francielle Vargas,

Henrique Cosenza,

João Perdigão, Michel

Montandon, Sílvia Amélia

Nogueira de Souza

/ APRESENTAÇÃO

Caro leitor,¹

Você está recebendo a coletânea *Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio*. Estes cadernos foram elaborados, primordialmente, como referencial didático-metodológico produzido para o curso de atualização Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador – JUBEMI, ministrado durante os anos de 2012 e 2013 para professores das redes estaduais de ensino participantes do Programa Ensino Médio Inovador.

O curso constitui-se em uma das ações do projeto Diálogos com o Ensino Médio, desenvolvido pelo Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e pelo Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense – UFF, em parceria com o Ministério da Educação.

Nosso principal desafio foi oferecer a professores de todo o país instrumental teórico, metodológico, didático

e pedagógico que lhes permitisse dialogar com a diversidade juvenil, principalmente com as juventudes que estão imersas no cotidiano de suas escolas.

Nesse sentido, o objetivo principal na elaboração deste material é fornecer subsídios para que professores do Ensino Médio e licenciandos possam refletir sobre essa etapa de ensino e, mais especificamente, sobre os temas que remetem aos sujeitos, jovens alunos com os quais atuam ou atuarão. A experiência de construção e utilização do material didático durante o curso Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador mostrou-se profícua e assertiva, sendo referendada por professores cursistas, professores tutores e formadores. O êxito do processo formativo e as avaliações positivas por parte dos professores cursistas estimularam nosso desejo de que esse material chegasse até você e fosse compartilhado com professores que atuam diretamente junto aos jovens. A publicação deste material didático em formato impresso traduz e concretiza nosso desejo.

A coletânea foi elaborada em formato de cadernos temáticos, com 13 cadernos referentes aos temas abordados nos módulos do curso e um caderno com propostas de atividades e oficinas que cada professor poderá desenvolver na escola, explorando os temas discutidos, que são:

1. Ver, ouvir e registrar: compondo um mosaico das juventudes brasileiras;
2. O Ensino Médio no Brasil: desafios e perspectivas;
3. Os jovens e a escola;
4. Culturas juvenis e tecnologias;
5. Juventude e projetos de futuro;
6. Juventude e trabalho;
7. Juventude, indisciplina e regras escolares;
8. Juventudes, sexualidades e relações de gênero;
9. Juventudes e territórios: o campo e a cidade;
10. Juventude e diversidade étnico-racial;
11. Juventudes e participação política;
12. Estratégias metodológicas de trabalho com jovens;
13. Juventudes, drogas e redução de danos;
14. Propostas de rodas de diálogo: atividades e oficinas.

Os cadernos foram organizados por cores, cada cor tratando de uma temática desenvolvida no curso. Essa organização indica uma ordenação não hierárquica e não linear entre as temáticas e permite que você, leitor, possa ler os cadernos na ordem que escolher, construindo, assim, o seu percurso de leitura e reflexão. Desse modo, os cadernos temáticos são independentes e, ao mesmo

tempo, complementares. São independentes porque você pode começar sua leitura pelo tema que desejar ou necessitar. Complementares, porque um tema chama outro. Ou seja, nossa intenção foi produzir textos dialógicos, interativos e formativos. Os textos trazem sugestões de atividades para você realizar individualmente, com seus colegas e com seus jovens alunos.

As reflexões suscitadas em suas leituras podem ser aprofundadas com material complementar, disponível na internet, nos sites do *PORTAL EMDIÁLOGO* ([HTTP://WWW.EMDIALOGO.UFF.BR/](http://www.emdiologo.uff.br/)) E DO *JUBEMI* ([HTTP://WWW.OBSERVATORIO DAJUVENTUDE.UFMG.BR/JUBEMI](http://www.observatorio.dajuventude.ufmg.br/jubemi)). Assim, convidamos você, leitor, a compartilhar conhecimentos sobre os temas, questões, leituras e debates sobre o Ensino Médio, tendo como eixo orientador os jovens alunos, sujeitos do processo educativo que se desenvolve em sua escola.

*Licinia Maria Correa
Maria Zenaide Alves
Carla Linhares Maia*

→ NOTA

- 1 Para garantir uma melhor fluidez na leitura, as organizadoras desta publicação optaram por extinguir, em alguns casos, as distinções de gênero que se faziam presentes em muitos textos. As organizadoras, no entanto, reconhecem a importância e a pertinência de tais distinções.

*Paulo Henrique de Queiroz Nogueira
Sara Villas*

/ JUVENTUDE, INDISCIPLINA E REGRAS ESCOLARES

→ INICIANDO O MOSAICO

Caro leitor,

Este caderno vai tratar de um tema que preocupa toda a sociedade, que é a questão da relação dos jovens alunos com as regras escolares. É cada vez mais comum vermos notícias associadas à ausência de regras e limites dos alunos e a situações de violência e agressão na escola. São ações que se dão dentro da escola ou ao seu redor, mas que atingem e, muitas vezes, interferem em sua organização e até mesmo nas atividades cotidianas relacionadas ao andamento das aulas e da aprendizagem.

Mas também há outras formas de ação que alteram o cotidiano da escola – não menos preocupantes, mas provavelmente menos visíveis midiaticamente –, quase como se já fizessem parte do mesmo, que são as famosas indisciplinas cotidianas. Entram, nessa categoria, a agitação e a gritaria em sala de aula, a falta

de respeito com colegas e professores, a falta de concentração no conteúdo das aulas, os burburinhos, as mentiras, as manipulações e os conflitos diários.

Essas ações, entre outras, alteram as expectativas que temos do que seja uma escola e de como devem ser realizadas as aulas. Mas é importante fazer uma pergunta: é possível analisar esses fenômenos e “separar o joio do trigo” para não tratar tudo como “farinha do mesmo saco”?

É isso o que pretendemos fazer aqui. Até mesmo porque não importa achar culpados, não se trata de um tribunal da inquisição, mas de refletir sobre o que são esses fenômenos para que a escola possa melhor tratar dessas questões em seu cotidiano.

Bem, esperamos que você goste da discussão!

Paulo e Sara

Problematizando

.....

“Adolescente pinta cabelo de azul e é impedida de frequentar escola.”¹

“Escola impede entrada de alunas por roupas ‘provocativas’ na zona oeste de São Paulo.”²

“*Bullying* por internet contra estudante é debatido em escola: vítimas não conseguem se defender porque o agressor é anônimo.”³

“Escola municipal coloca câmeras em banheiros em São José dos Campos: medida foi tomada para tentar diminuir a violência. Segundo a escola, pais aprovaram a instalação dos equipamentos.”⁴

“Propostas foram apresentadas no Congresso Nacional e na Câmara do Rio, educadores dizem que medida aumentaria potencial de violência escolar.”⁵

.....

Para iniciar a conversa, propomos aqui uma reflexão sobre assuntos que, vira e mexe, invadem as mídias causando polêmicas e convocando a sociedade a se posicionar sobre as múltiplas facetas que envolvem

essa complicada relação escola-sociedade. As manchetes anteriores nos convidam a pensar sobre a radical separação entre as regras escolares e as regras sociais, a partir do diálogo entre cultura escolar e cultura juvenil.

Pense bem: o que teria de tão ameaçador à escola no fato de uma aluna pintar os cabelos de azul ou usar acessórios provocativos? O argumento utilizado pela escola, no caso citado, era o de que “o regulamento da escola diz que o cabelo dos alunos deve estar dentro de uma normalidade racional”,⁶ mas quem define o que é normal ou anormal numa sociedade tão diversa quanto a nossa?

Outra polêmica: será que, ao adotar medidas drásticas de prevenção e controle, tais como colocar câmeras nos banheiros ou instalar detector de metais na entrada, as escolas não estariam abusando da sua autoridade e invadindo a privacidade dos alunos? Será que tais estratégias garantem o enfrentamento à violência, ou, ao contrário, podem “aumentar ainda mais o potencial da violência escolar”, como sugere a manchete? Será que, em tempos de valorização da liberdade de expressão, da diversidade, da pluralidade de ideias e da promoção da cultura do diálogo, as escolas não estariam dando um passo atrás diante de tais conquistas ao impedir ou tentar cercear certas manifestações juvenis?

Tais perguntas não têm e nem devem ter uma única resposta, afinal, as regras, normas e regimentos escolares são construídos dentro de um contexto social, econômico e cultural, que deve sempre ser levado em conta por todos que interagem em determinados âmbitos sociais.

Assim, as regras são necessárias para o bom convívio entre as pessoas, pois são elas que sinalizam para os indivíduos quais são as expectativas sociais que organizam a vida pública. As regras compõem o nosso quadro de referências para vivermos em sociedade e darmos conta de nos inserirmos nos distintos contextos da vida social.

Contudo, a constatação que podemos fazer diante das manchetes é que, na maioria das vezes, as proibições só servem para explicitar o quanto a escola cria algumas regras que não possuem vínculos diretos com a aprendizagem ou com a organização da sala de aula. São regras externas ao contexto escolar e que, às vezes, apontam muito mais para valores do mundo adulto do que para aqueles compartilhados pelos jovens. E mais: definitivamente, não há como a escola desconsiderar que as vivências, atitudes, regras e comportamentos experimentados pelos jovens fora dos muros da escola compõem a própria cultura escolar.

Pintar o cabelo de azul ou usar boné é uma manifestação que inviabiliza os contextos de aprendizagem

ou de convivência entre os alunos? Por que é tão difícil conviver com alunos que manifestam comportamentos destoantes de uma certa noção de costumes e de valores muito mais correspondentes a uma visão do mundo do que a uma exigência pedagógica?

A proposta, então, é a de pensar sobre como os jovens do Ensino Médio, considerando toda a diversidade implicada nessa juventude, têm lidado com as regras e normas “impostas” ou “construídas” pela escola. E mais, como o modo com que administram a disciplina ou indisciplina faz parte do jogo de estratégias de manutenção da interação das expressões juvenis com a escola.

Como são elaboradas, cobradas, cumpridas ou transgredidas as regras na sua escola? Em que medida elas têm um caráter construtivo ou meramente punitivo? De que modo elas têm sido capazes de dialogar ou não com a cultura juvenil? Como os alunos e professores têm lidado com tais regras? De que maneira o clima escolar tem interferido na construção de um ambiente de tensão e indisciplina ou, ao contrário, de diálogo e construção? É sobre isso que nos propomos a refletir juntos por aqui.



E VOCÊ PRETENDE MANDAR MENSAGENS RAPIDINHAS PARA A ESCOLA TODA?



Uma coisa é uma coisa,
outra coisa é outra coisa...
será?

Bagunceiro, indisciplinado, desordeiro e violento. É comum a gente classificar os jovens alunos com palavras como essas. Mas será que elas dizem a mesma coisa? Ou, para um professor, dizer que um aluno é bagunceiro é menos grave do que ele ser indisciplinado? E o que é desordem para um pode ser violência para outro?

Bem, como então classificar os atos praticados pelos alunos que alteram as rotinas da sala de aula?

~~~~~  
O termo *violência* deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de drogas na escola, insultos graves. A *transgressão* é o comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei): absenteísmo, não realização de trabalhos escolares, falta de respeito etc. Enfim, a *incivilidade* não contradiz nem a lei nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras da boa convivência: desordens, empurrões, grosseiras, palavras ofensivas, ataques quotidianos (e com frequência repetidos) ao direito de cada um (professor, funcionários, aluno) de ver respeitada sua pessoa.<sup>7</sup>  
~~~~~

Assim:

- › A violência é contra a lei, e seu dano não é restrito ao espaço escolar, pois, em qualquer lugar que aconteça, deverá ser punida: furtar, por exemplo.
- › A transgressão é a indisciplina e fere o regimento escolar e suas regras: não ir com o uniforme escolar ou deixar de fazer as atividades previstas.
- › A incivilidade é a falta de boas maneiras que transparece na desatenção com o bom relacionamento com colegas e funcionários da escola: gritar e correr pela sala, por exemplo.

O próprio autor, entretanto, alerta que essa separação é frágil e sua principal função é diferenciar o que aparentemente anda embolado na escola e, assim, ajudar a escola a perceber para onde encaminhar cada caso e ver quem são os parceiros para o enfrentamento da questão.

Mas é importante esclarecer o porquê de o professor e a escola não conseguirem separar tão facilmente cada ato como violência, indisciplina ou incivilidade. A razão é o fato de a escola não ser apenas um espaço de aprendizagem, mas um espaço de vivência e experiência da condição juvenil.

Fora da escola, é possível, muitas vezes, diferenciar violência de incivilidade. Assim, em um assalto, por exemplo, há uma intenção de dolo do assaltante em usurpar um bem sob coação da vítima. Aqui, a violência pode ser caracterizada com clareza. Já em encontros casuais como, por exemplo, um esbarrão não intencional na rua, espera-se que a pessoa com quem se choca reconheça a impessoalidade do ato, de modo que a questão se resolva com um simples pedido de desculpas.

Mas não é assim na escola, e isso se dá porque nela os encontros e desencontros não são fortuitos. O esbarrão no recreio não é dado em uma pessoa aleatória, mas em alguém com quem, possivelmente, se compartilha a vizinhança no entorno da escola e se convive por 200 dias e 800 horas durante anos de trajetória escolar. Essas relações não são impessoais, mas se encontram determinadas por um conjunto de percepções construídas entre os indivíduos em que atua uma dinâmica de mútua implicação para os atos mais banais como um esbarrão.

Assim, o que era para terminar apenas num pedido de desculpas pode virar um grande “banzé” que interfere, sem aviso prévio, no ritmo e no planejamento das aulas.

Pensando o que é a (in)disciplina

Mas há ainda um tipo de indisciplina que não diz respeito necessariamente a transgredir regras ou a agredir colegas ou professores. É aquela indisciplina do burburinho coletivo e constante em sala de aula, aquele “fuzuê” diário, a famosa bagunça que, normalmente, deixa os professores completamente impotentes diante da turma, ou que os faz estourarem e perderem as estribeiras. Nesses casos, é muito comum vermos esse tipo de indisciplina sendo controlada ou “resolvida” por meio de punições direcionadas quase sempre a alunos alvos. Ou seja, ainda que o problema a ser resolvido seja de responsabilidade da turma, quase sempre a punição é injustamente direcionada àqueles alunos que comumente são pivôs de muitas das badernas. Nesse caso, vale ressaltar que a punição tem uma intenção construtiva de servir de exemplo para que os demais alunos se policiem quanto aos seus atos.

No entanto, para além de buscar culpados ou responsáveis por esse tipo de indisciplina, o que nos parece fundamental é entender o porquê de ela ser tão recorrente e tão difícil de ser sanada, a ponto de se tornar um dos principais fatores de estresse e descontentamento docente.

Essa discussão nos remete invariavelmente a outras, sobretudo, às que se referem aos sentidos atribuídos à escola pelos alunos. Estamos falando aqui

da sociabilidade juvenil e dos múltiplos sentidos que os jovens atribuem aos espaços escolares. Ser aluno e ser jovem são duas dimensões distintas da experiência juvenil.

É justamente nesse âmbito, em que o sentido da escola se relaciona a um espaço de sociabilidade, que o choque com a disciplina exigida para a sala de aula acontece, ou seja, quando os burburinhos provocados pela interação face a face tornam-se incontroláveis, caóticos, intoleráveis. Alia-se ainda a essa situação o fato de a cultura escolar dialogar pouco com a experiência juvenil, fazendo com que os jovens não encontrem um espaço de valorização dos saberes compartilhados em sua comunidade.

A escola, por hipervalorizar os conteúdos escolares, assume a lógica disciplinar e vê qualquer manifestação de desacordo ou desinteresse como perda da autoridade do professor. A escola, em seus tempos recortados por disciplinas e pela sequência de conteúdos, exige uma concentração e uma rotina que são pouco flexibilizadas para incorporar outras lógicas e saberes. Qualquer manifestação de discordância com essa lógica é vista como desinteresse e indisciplina.

Ver a indisciplina como algo inerente às relações juvenis não significa, contudo, que devemos nos resignar a ela; é preciso criar mecanismos para utilizá-la enquanto aliada e não como inimiga. Se provocarmos discussões ou criarmos momentos nas aulas em que

se permitam conversas, discussões, extravasamentos e as próprias “zooções”, talvez consigamos atribuir sentido ao que parece caótico.

É necessário entender que muitas das ações que a escola vê como indisciplina são manifestações da sociabilidade juvenil, que usa de suas interações para trocar informações das experiências vivenciadas e, assim, consolidar relações de solidariedade e companheirismo entre os jovens.

Zooção, bullying, brigas... isso também é indisciplina?

Partindo, então, do fato de que a escola representa também um espaço de sociabilidade, e não apenas um local para se estudar, achamos pertinente refletir sobre como os conflitos, latentes ou explícitos, se dão nas relações entre colegas e amigos no ambiente escolar.

– A que nos referimos quando falamos em “zooção”?

Em sua cidade, você já deve ter observado, por exemplo, que, em dia de jogo, quando duas grandes torcidas rivais se enfrentam, independentemente do resultado do jogo, uma torcida vai zoar a outra. Mesmo a que perdeu pode zoar o ganhador por um “frango” engolido pelo goleiro ou qualquer outro lance do jogo.

A zoação escolar é uma versão dessa zoação futebolística. Os alunos zoam os colegas para angariar simpatia e, assim, aumentar o seu círculo de amizades. Zoar é uma forma de impressionar e marcar território ao se diferenciar do restante. Assim como usar o boné da moda, ouvir uma música no MP3 e vestir uma camisa de determinado grupo musical, é fazendo parte da zoação que o indivíduo se diferencia dos demais, expressando seus gostos e desejos.

Zoar é, pois, uma maneira de caracterizar as manifestações da sociabilidade juvenil que podem ser entendidas pela escola como atos de indisciplina. Zoar seria, então, uma forma específica de estar nos espaços escolares em que os alunos dão vazão a seus interesses. Para eles, é possível zoar sem romper com as regras, pois zoar se dá nas lacunas deixadas pela escola para que eles interajam entre si.

Para o professor, portanto, muitas vezes, o zoar é visto como bagunça porque atrapalha a aula ao retirar o foco do conteúdo que está sendo dado. O que poderia ter sido mediado numa conversa torna-se um problema. E aí, o que fazer? Como as regras disciplinares podem tratar desses embates?

– Nem tudo é *bullying*!

Uma das formas de violência mais comumente debatidas nas escolas e na mídia na atualidade é o

“fenômeno” *bullying*. As atitudes que o representam são antigas, mas o termo foi criado pelos ingleses somente na década de 1990 e se refere a manifestações repetidas de intimidação entre agressor e vítima. De alguns anos pra cá, o termo passou a ser usado com tanta frequência e para designar atitudes tão diferenciadas que seu significado acabou sendo relativamente banalizado, passando a se considerar toda e qualquer forma de zoação direcionada a um outro como sendo prática de *bullying*.

Nesse sentido, é importante diferenciarmos tanto os termos quanto as práticas, pois o que parece é que há exatamente uma confusão que trata de forma equivalente termos que dizem de práticas bem diferenciadas. Recentemente, foi publicada em um site de notícias uma reportagem com depoimentos de famosos que alegam ter sofrido *bullying* na adolescência.⁸ Além de tratá-los como exemplos de superação, curiosamente, a maior parte dos casos parecem muito mais típicos de dinâmicas próprias da zoação do que práticas de *bullying* (claro que teríamos que conhecer a fundo cada caso para saber a gravidade das agressões alegadas). Sofrer *bullying* por ser perfeita demais, como é o caso da Kate Middleton, esposa do príncipe William, ou porque o encantamento das meninas gerava ciúmes nos meninos, como é o caso do ator Leonardo Miggiolin, parece um tanto descabido. E mais, ao tratar tudo como “farinha do mesmo

saco”, acaba-se minimizando o que realmente deveria ser combatido, que são as desigualdades e hierarquias sociais praticadas na forma de racismo, homofobia e sexismo, por exemplo.

O ambiente escolar, que é um espaço de sociabilidades por excelência, apresenta-se como um lugar bastante propício para o surgimento de conflitos, violências e desentendimentos, e isso não só é um fato, mas também um aspecto intrínseco e necessário às próprias relações. Mas, quando essas formas de agressão e intimidação passam a ser sistematicamente repetidas e direcionadas a uma mesma pessoa, isso recebe um nome e condição específica: *bullying*.

Na escola, as formas de manifestação desse tipo de atitude variam de acordo com a idade, o gênero e o contexto, mas sempre envolvem, no mínimo, três agentes: o agressor, a vítima e a plateia. O “valentão” ou “valentona” só se sustenta como agressor porque há uma certa adesão de outros alunos que, seja por medo, seja pela necessidade de pertencimento a uma coletividade, acabam dando força ao coro ou, no mínimo, sendo coniventes pela passividade diante das agressões a outrem.

As formas mais comuns de violência nesses casos se dão através de apelidos pejorativos, gozações, humilhações, exclusões, isolamentos, ameaças, provocações, podendo, em casos extremos, chegar a agressões físicas. As principais vítimas costumam ser os alunos

muito tímidos, ou com alguma necessidade especial, os que não correspondem aos estereótipos normativos de gênero, os que são negros, ou muito estudiosos, ou que têm algum traço físico marcante, ou seja, possuir qualquer característica que desvie do padrão tido como “normal” pode ser motivo para transformá-lo em alvo de humilhações.

A ampliação do acesso à internet e a utilização das redes sociais virtuais fizeram surgir recentemente uma nova forma de manifestação do fenômeno que é o *cyberbullying*. Vale enfatizar que as redes sociais são, hoje, a principal forma de comunicação e sociabilidade entre os jovens.

O *cyberbullying* ou *bullying* virtual é aquele que ocorre em meios eletrônicos, com mensagens difamatórias ou ameaçadoras circulando por e-mails, sites, blogs, redes sociais e celulares. É quase uma extensão do que dizem e fazem na escola, mas com o agravante de que as pessoas envolvidas não estão cara a cara e que a frequência da ocorrência deixa de ser limitada ao tempo de convivência na escola, podendo acontecer a qualquer momento.

E aí, como tudo isso se passa na sua escola? Você seria capaz de diferenciar os alunos que praticam esse tipo de agressão daqueles que são apenas indisciplinados? Como esses agressores agem na sua escola? E os outros alunos, são coniventes? Existe algum projeto na escola para debater o assunto? Não se esqueça de que

o papel do professor é fundamental no enfrentamento ao *bullying*, e que todo cuidado é pouco no sentido de não vir a fazer parte dessa plateia. Fingir que não ouviu uma gozação desse tipo, rir junto com os alunos ou reforçar estereótipos, só ajuda a agravar ainda mais esse tipo de violência.

→ OUTRAS CORES

=====

Tema polêmico e de amplo interesse social, o *bullying* esteve presente em diversos filmes que se propuseram a problematizar a questão – seja de forma fictícia, seja baseado em fatos reais. Abaixo, apresentamos algumas boas sugestões para se provocar um debate sobre o assunto e criar na escola uma cultura do diálogo.

ELEFANTE (EUA, 2003, Gus Van Sant)

Inspirado em fatos reais, o filme do diretor Gus Van Sant conta um dia na vida de um grupo de adolescentes em uma escola americana. Esse dia parecia igual aos outros, até que dois alunos irrompem o cotidiano que se desenrola, portando armas de grosso calibre e fazendo várias vítimas. Essa grande tragédia é contada para o espectador,

que assiste impotente, assim como suas vítimas, ao brutal assassinato sem explicações ocorrido naquele dia.

BANG, BANG! VOCÊ MORREU! (EUA, 2002, Guy Ferland)

De quem é a culpa pela indisciplina e violência na escola? Essa é a questão que o filme busca tratar ao centrar sua discussão em um aluno, Trevor, considerado um “bom aluno”, mas que, por ser vítima costureira de *bullying*, resolve agir contra os seus perseguidores para pôr fim à perseguição de que é vítima. De quem é a responsabilidade? Quem são os algozes e as vítimas do *bullying*? Essas são questões que o filme busca tratar.

AS MELHORES COISAS DO MUNDO

(Brasil, 2010, Laís Bodanzky)

Mano é um garoto de classe média como qualquer outro da sua idade. Ele tem 15 anos, gosta de tocar guitarra, namorar, sair com os amigos, andar de *bike* e curtir uma balada. Após um evento familiar, ele percebe que a transição para a vida adulta é uma tarefa árdua: os preconceitos, a descoberta do amor, o sexo, as relações familiares. Enfim, há muito a viver quando se tem quinze anos e é necessário inventar as “melhores coisas do mundo”.

=====

— A violência em contextos escolares

A violência é algo mais sério e deve ser pensada com mais cuidado. Seguindo a definição de Bernard Charlot,⁹ o conceito de violência “deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de drogas na escola, insultos graves”, e, infelizmente, ela se encontra cada vez mais presente em nossas escolas. Mas o que deve ser encarado de frente é que a violência pode surgir por várias razões, e combatê-la exige a soma de diferentes esforços.

Parte da violência pode ser tratada dentro da escola, como as expressões de relações conflituosas geradas pelas interações de alunos, professores e funcionários. Mas parte dos fenômenos de violência deve ser tratada por diferentes agentes e instituições que poderão conjugar ações de caráter repressivo, de efeito mais imediato, com ações mais educativas, de efeitos mais duradouros, por seu caráter formativo e de mobilização social.

A sociedade brasileira vem, nos últimos anos, criando uma rede de proteção da criança e do adolescente que busca afastar jovens com trajetória de risco

pessoal ou social de agentes que atentam contra sua dignidade através da (re)inserção dos mesmos em contextos educativos. A escola é uma dessas instituições e participa dessa rede.

Sabemos que essa rede só se fortalecerá quando nós nos sentirmos parte dela e, assim, colaborarmos para a sua efetiva concretização. Cabe à escola buscar parceiros nessa luta, para melhor perceber como as suas dimensões podem estar reproduzindo sentimentos de menor valia na comunidade escolar e que a deixa vulnerável à violência. Algumas formas de violência presentes não deixarão de acontecer em seu entorno apenas por uma intervenção da escola, mas é possível minimizar ações em que a escola seja alvo da violência e garantir que ela saiba melhor enfrentá-la, caso se deem tais episódios como, por exemplo, quando o tráfico de drogas aproxima-se do espaço escolar e de seus alunos.

É necessário, portanto, que a escola reveja os seus critérios de justiça quando trata qualquer ato que contrarie as regras de convivência, sejam elas ações disciplinares, de incivilidade ou de violência.

- A questão da justiça escolar



A primeira coisa para pensar uma escola justa é compreender como as regras são definidas, quem as define e como elas são aplicadas.

Uma das maiores reclamações dos alunos é que são os professores, junto aos diretores e à coordenação pedagógica, que definem as regras, bem como quando elas devem ser aplicadas e a quais sanções os alunos devem ser submetidos. Desse modo, os alunos alegam,

então, que não só não compartilham da elaboração das regras como também estão sujeitos a punições e sanções das quais não têm clareza.

Quem define, portanto, o que é justo ou injusto são os professores. E como já vimos, muitas vezes, os professores veem apenas jovens sob a ótica do aluno e filtram toda a gama de experiência juvenil através de critérios apenas escolares de rendimento e comportamento. Assim, o bom aluno é o que tem certas características; nos outros, faltam essas características.

As regras, por sua vez, também não são aplicadas igualmente a todos, nem mesmo em contextos semelhantes; o rigor com que elas serão ou não cumpridas dependerá também do julgamento do professor a respeito do aluno que cometeu uma determinada infração.

Os critérios que norteiam o julgamento dos professores em relação aos alunos e, conseqüentemente, o modo como as regras são aplicadas a cada um deles, se baseiam no bom ou mau desempenho e comportamento. Tal julgamento produziria, no limite, quatro tipos de alunos, sendo considerado *forte* aquele que tem bom comportamento e boas notas; *fraco*, aquele que não tem boas notas, apesar de ser bem comportado; *mediocre*, o que, além de não ter boas notas, não tem bom comportamento; e, por fim, o *malandro*, que não tem bom comportamento, mas consegue tirar boas notas eventualmente.

Desse modo, se pensarmos em uma situação em que o professor está conferindo quem fez ou não a lição de casa, é possível que ele puna o aluno “malandro” que não fez o dever, ainda que ele tenha uma boa justificativa, e que isente a aluna “forte” de igual punição, independentemente de qual seja o motivo do não cumprimento da tarefa.

Espera-se sempre que o aluno que tenha algo a dizer aja sempre em nome do aprimoramento da ordem e da organização da escola. Porém, essa expectativa, muitas vezes, contradiz e ignora as múltiplas relações que os jovens estabelecem com a escola. Temos aqui um conflito latente de interesses que exige alargar o que cada um compreende da atitude do outro para que a regra seja aplicada de forma mais justa.

A charge anterior, que faz uma crítica ao conservadorismo da instituição escolar, tem aqui o intuito de provocar uma reflexão sobre as possibilidades de mudanças e intervenções na realidade escolar a partir de propostas construídas coletivamente, de modo a incluir o próprio jovem nos debates. Em um relatório de uma pesquisa realizada pela Rede de Observatórios de Direitos Humanos, coordenado pelo Núcleo de Estudos sobre Violência da USP, intitulado *Os jovens, a escola e os direitos humanos*, os jovens alunos pesquisados sugerem:¹⁰

– Para resolver e apurar conflitos:

- › As regras de convivência na escola devem ser claras para todos e devem ser discutidas com a equipe de professores, funcionários e alunos.
- › Todos os conflitos que envolvam violência e discriminação têm de ser levados à direção e apurados de forma transparente.
- › Garantir que todos os envolvidos no conflito, inclusive os alunos, exponham suas versões e sejam ouvidos.
- › Punir os alunos que se envolvem em conflitos com medidas pedagógicas e educativas dentro da escola, evitando o envolvimento de policiais na repressão aos alunos.
- › Criar uma “ouvidoria das escolas”, para o recebimento e apuração de denúncias anônimas sobre problemas e conflitos graves, como, principalmente, a violência física e a discriminação ocorridas dentro da escola.

– Para enfrentar os problemas de violência e injustiça nas escolas:

- › Envolver toda a equipe da escola, alunos, seus familiares, outros representantes da comunidade

e de outras escolas na discussão dos problemas de violência na comunidade e na escola, na busca de soluções.

- › Envolver grupos de alunos na “observação” dos problemas de segurança na sua comunidade, trazendo a discussão da situação da comunidade como parte dos conteúdos das disciplinas.
- › Trabalhar com o tema dos Direitos Humanos e, a partir dele, discutir a realidade e o funcionamento da própria escola.

– **Para determinar as regras de convivência nas escolas:**

- › Evitar centralizar somente na direção a elaboração e aplicação das normas de convivência.
- › Buscar o envolvimento dos pais, professores, alunos e funcionários na formulação e aplicação das regras de convivência, através da criação de conselhos com participação desses diferentes grupos.
- › Garantir e estimular a criação de grêmios em todas as escolas, eleitos e formados por alunos, com autonomia e independência garantidas.

- › Estabelecer, em conjunto com a comunidade, quais serão as medidas adotadas para controlar a entrada nas escolas, como uso de uniforme, carteirinhas e horários de abertura e fechamento dos portões.

Enfim...

Chegamos ao fim da nossa reflexão. Esperamos que tenha sido interessante para você e que tenha aprendido um pouco mais com essa leitura.

Sabemos que a discussão da relação dos alunos com a escola e suas regras não é fácil de ser feita e que muitos são os fatores que devem ser levados em consideração quando pensamos em intervir em situações como essas.

Desejamos, portanto, que permaneçam atentos e atentos com o que se passa na escola e com seus alunos, buscando sempre ver no jovem que há “por trás” dos alunos um sujeito com práticas sociais ricas e interessantes, com quem a escola pode partilhar conhecimentos em sua formação no Ensino Médio.

→ OUTRAS CORES

Algumas outras abordagens sobre a questão da violência na escola

A violência na escola preocupa toda a sociedade, principalmente por se tratar de um espaço em que se depositam todas as esperanças educativas acerca das novas gerações.

A escola é para ser um lugar seguro para abrigar as crianças e os jovens. Mas, infelizmente, não é isso que a percepção sobre o fenômeno da violência nos faz sentir em relação à escola.

É, portanto, pertinente que surjam várias abordagens para explicar o fenômeno da violência em espaços escolares. Essas abordagens surgem tanto nas reflexões teóricas dos pesquisadores sobre violência em meio escolar quanto nas políticas públicas preocupadas em minimizar os efeitos da violência e vencer suas causas. E essa separação é inicial, pois ambas participam de um mesmo esforço e, muitas vezes, se interpenetram.

Aqui, há algumas dessas abordagens; faça bom uso dessas referências. Elas podem se tornar uma caixa de ferramentas para saber mais.

Cuidar da escola

A teoria das janelas quebradas é como ficou conhecida a abordagem que diz haver uma conexão direta entre a aparência da desordem e o crime efetivo. Assim, uma escola que não tem um ambiente bem cuidado, como uma janela quebrada, passará uma mensagem de que ali não se cuida do ambiente e que potenciais transgressores poderão praticar outros atos contra as regras: pichação, quebra do patrimônio, brigas, vandalismo.

O que essa teoria sugere é que não se deve deixar a janela quebrada para que nenhuma mensagem de “aprovação” de depredação e de outras violências mais graves seja transmitida.

Essa teoria deu origem às políticas públicas denominadas “Tolerância Zero”, que buscam impedir pequenos atos infracionais como prevenção ao crime. Uma das críticas que se faz a esse tipo de abordagem é que verticaliza a prevenção ao delito, pois quem identifica os pequenos delitos é responsável por aplicar a pena. Ou seja, esse tipo de política pode se tornar veículo de preconceitos e servir para discriminar algumas populações específicas, como negros ou pobres.

Mas vale o alerta: uma escola bem cuidada passa a imagem de que as pessoas se importam com aquele espaço e querem manter o ambiente agradável para todos.

A escola não é uma ilha: abrir a escola para a comunidade

Já é clássico o debate na educação sobre como a escola se torna um espaço elitista em relação a seu entorno.

Assim, a cultura escolar se investe de qualidades distantes das que são partilhadas pelos que nela buscam reconhecimento. Aqui, diferentes abordagens teóricas e conceituais tentam explicar esse paradoxo da escola, visto que ela se declara como o lugar da aprendizagem capaz de trazer mobilidade social, e, simultaneamente, são os que mais precisam da escola que nela fracassam.

Duas dessas abordagens são bastante conhecidas. As contribuições de Bourdieu e Foucault, ambos franceses, vão explicitar, por diferentes caminhos teóricos, como a escola incorpora um *éthos*, uma ordem simbólica, que exerce sobre os alunos uma coerção sistêmica em que os que não possuem o mérito escolar serão marcados como inaptos a prosseguir na escola.

O peso da cultura escolar e de sua seletividade exclui os que não compartilham dos mesmos interesses e não dispõem dos mesmos referenciais culturais valorizados pela escola. Um bom exemplo desse descompasso seria o uso da língua feito pelos jovens com suas gírias e variações linguísticas que são vistos pela escola, como prevê a norma culta, como incorreção.

O que se busca, frente a essa característica dos sistemas escolares, é tanto alterar a organização da escola quanto diminuir a distância entre a escola e a cultura dos alunos e do seu entorno.

Recentes experiências educativas pelo Brasil vêm renovando esses dois flancos que circundam a questão do fracasso escolar das camadas populares. Vale a pena citar aqui projetos, como os de ampliação da jornada escolar com a diversificação das práticas educativas e a incorporação de outros sujeitos e saberes. Entre esses projetos, dois são bem presentes em todo o Brasil: o Programa Mais Educação e o Programa Escola Aberta, ambos do governo federal.¹¹

Programas específicos de combate à(s) violência(s)

A violência é uma questão multifacetada. Possui diferentes expressões e atinge diferenciadamente as pessoas. Em um país como o Brasil, com grandes desigualdades na distribuição da riqueza, é claro que as pessoas mais pobres são vítimas de discriminação por sua condição de classe.

Diferentes programas buscam diminuir esse impacto na permanência dos alunos na escola e já fazem parte da política de assistência ao estudante, como merenda escolar, distribuição de material didático e garantia do transporte escolar para todos os matriculados na rede pública.

Outros programas buscam atacar populações mais específicas, como, por exemplo, os mais pobres e que vivem numa situação de pobreza e extrema pobreza, pois se sabe que, para esse grupo, a ausência de acesso a uma renda mínima está intimamente conectada ao desempenho na escola e o seu abandono precoce pelos alunos, que são obrigados a se inserir na mendicância ou no trabalho precário para aumentar a renda familiar.

O mais famoso programa é o Bolsa Família, substituto do Bolsa Escola, que busca transferir renda com condicionalidades e que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.¹²

Vale a pena citar ainda o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI que busca retirar crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme previsto pela legislação específica.¹³

Algumas pessoas, entretanto, são regularmente vítimas de preconceito e discriminação, como mulheres, negros, índios, portadores de necessidades especiais, *gays*, lésbicas e travestis. Essas são formas de violência que não se restringem a um grupo populacional específico, mas a pessoas que, por sua identidade, comportamento ou característica, são depreciadas e podem ser perseguidas no interior da escola.

Várias ações governamentais buscam tratar dessas questões; um exemplo é o Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes,

mais conhecido como *Programa Sentinela*, que busca prevenir e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes.¹⁴

Acerca das discriminações por origem étnico-racial, após a aprovação da lei nº 10.639/03, alterada pela lei nº 11.645/08, que, por sua vez, alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBN nº 9.394/96, são obrigatórias ações que busquem combater o preconceito racial que atinge negros e indígenas no Brasil. Saiba mais e implante políticas antidiscriminatórias em sua escola. Conheça o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.¹⁵

Acerca das políticas públicas para o combate à homofobia, temos o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.¹⁶

Os jovens e a violência urbana: vítimas e culpados

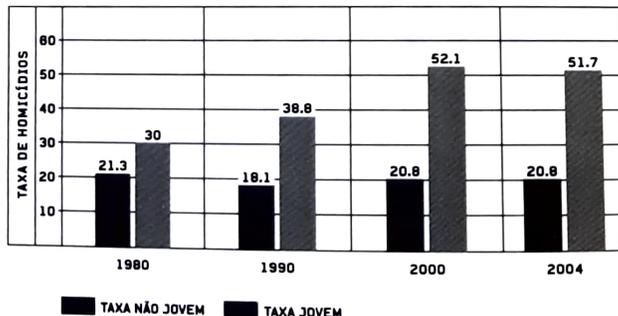
Os jovens das camadas populares são vistos como violentos. São eles que aparecem nas estatísticas por não apenas possuírem uma escolaridade acidentada, mas por realizarem incursões em atividades que trazem algum risco pessoal ou social à sua integridade física ou psíquica. A questão da violência urbana é

aqui emblemática dessa situação em que os ganhos são muito inferiores às perdas. O dinheiro, poder ou prestígio que possam ser adquiridos em atividades associadas ao crime, além de empurrarem esses jovens para a marginalidade, representam uma investida ariscada em que eles se tornam as principais vítimas.

Entre 1980 e 2004, a porcentagem dos homicídios na população jovem cresceu significativamente em proporção aos não jovens. Em 2004, já são 51,7% de jovens contra 20,8% de não jovens que cometem crime.

TAXA DE HOMICÍDIOS JOVEM E NÃO JOVEM

BRASIL: 1982 - 2004



Fonte: WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2006*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006. p. 73.

Ser jovem é um risco de vida em algumas realidades brasileiras, e esses jovens se arriscam quando entram para o mundo do crime. Aqui, criminoso e vítima se emparelham. Esses jovens se marginalizam na dupla acepção do termo, por serem postos à margem e por se encantarem pelas “facilidades” da delinquência.

Mas não se deve esquecer de que eles são jovens, e cabe a nós, adultos, a responsabilidade de guiá-los. Um dos aspectos mais alarmantes nesse debate é o que trata de jovens negros, uma vez que há uma associação perversa entre exclusão social e discriminação racial.¹⁷

Os jovens e o ECA

Infelizmente, para alguns educadores, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA pune a escola quando prevê a matrícula e a frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino, um sentimento também presente diante de outras políticas de inclusão social, como as que vinculam frequência escolar e acesso a programas de transferência de renda.

Mas é justamente o oposto ao espírito da lei. Reinsrerir o jovem na família e na escola são as duas primeiras medidas consagradas pelo ECA. Se é a condição juvenil que os torna vulneráveis a pressões sociais, são justamente essas duas instituições que devem orientá-lo em seu amadurecimento psicossocial. Por isso, a ênfase das medidas protetivas previstas

pelo ECA articula-se com a manutenção da família e sua (re)inserção na escola.

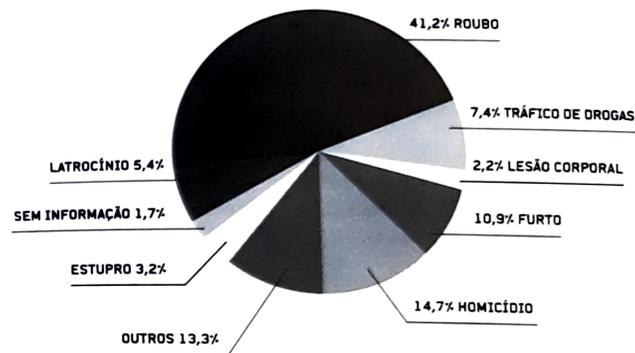
Neste momento é necessário desfazer um mito, o mito de que são muitos os jovens em conflito com a lei. Segundo o gráfico abaixo, percebe-se que esse número é bastante reduzido.



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005 – 2006 . Organização: Marcelo Iha

Ou seja, no biênio 2005/2006, apenas 0,14% dos adolescentes, jovens entre 12 e 18 anos, estavam em conflito com a lei e, portanto, efetivamente inseridos em algumas das medidas socioeducativas previstas pelo estatuto.

Somente aqueles que estão em medida de privação de liberdade, na medida prevista já como recurso limite, é que foram agentes de alguma infração que põem em risco sua inserção social.



Fonte: IPEA / MD / DCA (setembro/outubro – 2002)

Outro mito decorrente do primeiro é que são esses os alunos enviados à escola. E que a escola, portanto, torna-se um “reformatório” por abrigar meninos e meninas perigosos. É necessário esclarecer, como prevê o ECA, que cabe aos operadores do direito a decisão sobre a privação da liberdade a que será submetido o adolescente infrator e que, assim, a reinserção escolar serve justamente aos que não representam risco para o convívio social e que são enviados à escola como uma medida socioeducativa capaz de retomar os laços sociais que estão em risco.¹⁸

→ NOTAS

- 1 NEGREIROS, Dario. Adolescente pinta cabelo de azul e é impedida de frequentar escola. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 fev. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1050307-adolescente-pinta-cabelo-de-azul-e-e-impedida-de-frequentar-escola.shtml>>. Acesso em: 1 abr. 2012.
- 2 ESCOLA impede entrada de alunas por roupas “provocativas”. *Terra Notícias*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/jornal-escola-impede-entrada-de-alunas-por-roupas-39provocativas39,7b1942ba7d2da310VgnCLD200000bbceboarCRD.html>>. Acesso em: 1 abr. 2012.
- 3 MAR JUNIOR. Bullying por internet contra estudante é debatido em escola. *Espetáculo BULLYING*, 30 mar. 2010. Disponível em: <<http://bullying-ciaatoresdemar.blogspot.com.br/2010/03/bullying-por-internet-contra-estudante.html>>. Acesso em: 1 abr. 2012.
- 4 ESCOLA municipal coloca câmeras em banheiros em São José dos Campos. *GI*, São Paulo, 03 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/04/escola-municipal-coloca-cameras-em-banheiros-em-sao-jose-dos-campos.html>>. Acesso em: 1 abr. 2012.
- 5 NOGUEIRA, Fernanda; ARAÚJO, Glauco; GUILHERME, Paulo. Projetos de lei propõem instalação de detectores de metal nas escolas. *GI*, São Paulo, 07 abr. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/projetos-de-lei-propoem-instalacao-de-detectores-de-metal-nas-escolas.html>>. Acesso em: 1 abr. 2012.
- 6 NEGREIROS, Dario. Adolescente pinta cabelo de azul e é impedida de frequentar escola, 2012.
- 7 CHARLOT, 2002, p. 437, grifos nossos.
- 8 BULLYING na escola: veja histórias de famosos que já sofreram bullying. *UOL educação*, 11 ago. 2011. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/album/20110811_famosos_bullying_album.htm>. Acesso em: 1 abr. 2012.
- 9 CHARLOT, 2002, p. 437.
- 10 *Relatório de cidadania II: Os jovens, a Escola e os Direitos Humanos*. Disponível em: <http://observatorio.nevusp.org/pdfs/rel_II.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2012.
- 11 *Programa Mais Educação: passo a passo*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maieducacao.pdf>. Acesso em: 1 maio 2012. *Programa Escola Aberta*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/proposta_pedagogica.pdf>. Acesso em: 1 maio 2012.
- 12 Para saber mais: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>.
- 13 Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>>. Acesso em: 1 maio 2012.
- 14 Disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=63&cod=VCIDA>>. Acesso em: 1 maio 2012.

- 15 Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/plano_nacional_de_implementacao_das_diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_das_relacoes_etnicorraciais.pdf>. Acesso em: 1 maio 2012.
- 16 Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/programa_de_combate_a_violencia_e_a_discriminacao_contra_gltb_e_de_promocao_da_cidadania_homossexual_1.pdf>. Acesso em: 1 maio 2012.
- 17 Disponível em: <<http://www.movimentodeemaus.org/controle/cadastro/estatistica/arquivo/10.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2012.
- 18 Estatuto da Criança e do Adolescente: 12 anos – edição especial. Disponível em: <<http://www.paulinia.sp.gov.br/vivere-mfamilia/pdf/estatuto.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2012.

→ REFERÊNCIAS

CHARLOT, Bernard; MAGNE, Bruno Charles. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, n. 8, p. 432-443, dez. 2002.

DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DUBET, François; PADILLA, Luciano. *El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado*. Barcelona: Gedisa, 2006.

DAYRELL, Juarez. *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FANTE, Cleo. *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Versus, 2005.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. *Identidade juvenil e identidade discente: processos de escolarização no terceiro ciclo da Escola Plural*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SANTOMAURO, Beatriz. Cyberbullying: a violência virtual. *Revista Nova Escola*, n. 233, jun./jul. 2010.

VILLAS, Sara; NOGUEIRA, Maria Alice de Lima Gomes. *Formas de sociabilidade entre alunos de uma escola de Ensino Técnico/Médio*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2006*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006.

WOODS, Peter. The Myth of Subject Choice. In: HARGREAVES, Andy; WOODS, Peter (Org.). *Life in School: The Sociology of Pupil Culture*. Stony Stratford: Open University Press, 1984. p. 45-60.

→ SOBRE OS AUTORES

PAULO HENRIQUE DE QUEIROZ NOGUEIRA

Professor da Faculdade de Educação e do Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SARA VILLAS

Graduada em História e Mestre em Educação pela UFMG.
Professora de História da rede particular de ensino.